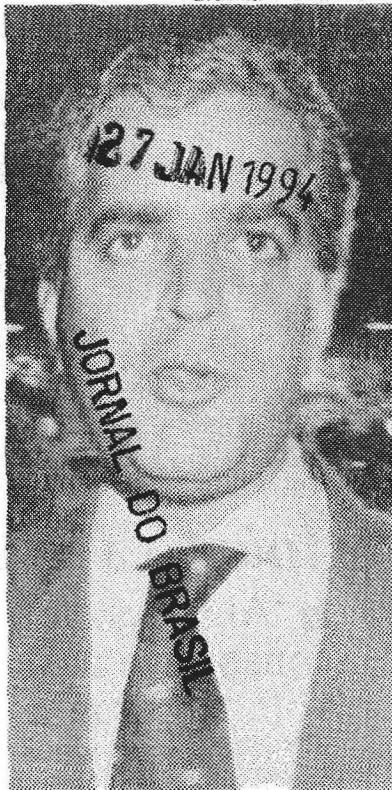


Indecisões paralisam o Congresso

Brasília — Jamil Bittar

O impasse político na discussão do plano econômico e do início da revisão constitucional paralisaram o Congresso e ameaçam comprometer ainda mais a máquina administrativa. Enquanto cada grupo político defende o seu interesse, o Congresso não inicia a revisão constitucional, as novas comissões parlamentares de inquérito não são instaladas e, o mais grave, o governo corre o risco de ficar sem poder aplicar seus recursos, no mês que vem, porque a aprovação do Orçamento depende do inicio da revisão.

“É uma ciranda, uma coisa puxa a outra e nada será solucionado enquanto um dos pontos desta ciranda não começar a andar”, reclamava ontem o relator-geral da revisão constitucional, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). O líder do PFL na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (BA), não acredita numa solução eficaz para o problema: “Foi incompetência do governo e de seus líderes, que agora jogaram o Congresso nessa sinuca”. “Nada está paralizado, o governo está apenas negociando tudo da maneira mais democrática possível”, defendia-se o líder do governo na Câmara, Luís Carlos Santos (SP).



Magalhães: “Culpa do governo”

No meio deste jogo de empurra, o presidente do Congresso Nacional e do Congresso Revisor, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), limita-se a fugir da imprensa e, até mesmo, da pressão dos parla-

mentares. Nos dois últimos dias — quando a situação se agravou —, Lucena tem sido fortemente criticado. Ele prefere não reagir às críticas e as únicas providências tomadas foram: marcar e desmarcar almoços e reuniões com líderes.

Foram adiados para hoje pelo menos três importantes compromissos da agenda política nacional: a reunião em que os líderes discutiriam com a direção da Câmara e do Senado os desdobramentos do relatório da CPI do Orçamento; o encontro em que se discutiria a instalação de novas CPIs, como a das Empreiteiras e a que vai investigar as contas da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e o almoço para negociar o início da revisão. “Continuo pedindo mão-de-ferro do presidente da revisão, mas parece que não está adiantando”, reclamou o deputado Nelson Jobim.

O deputado Nelson Jobim escolheu o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) para exercer a função de relator-adjunto da revisão constitucional. “Ele será uma espécie de articulador político e atuará principalmente no trabalho de ligação entre o Senado e a presidência da revisão”, explicou o relator-geral.